



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola em Portugal

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa

# RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

## 25 de Março 2025

**Elaborado por:** Serviço de Imprensa

Av.<sup>a</sup> da República nº68, 1069-213  
Lisboa - Portugal  
Telf.: (+351) 965902180  
Fax: (+351) 217 951 778  
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



**mirex.gov.ao**  
Ministério das Relações Exteriores

TERÇA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2025

## Presidente da República inaugura hoje Circular da cidade de Saurimo.

**O Presidente da República, João Lourenço, inaugura, hoje, o último dia da sua visita de trabalho de dois dias à província da Lunda-Sul, a Circular de Saurimo, uma infra-estrutura construída pela primeira vez nesta circunscrição do país.**

O governador da Lunda-Sul adiantou que a Circular de Saurimo vai reduzir o tráfego pesado do centro da cidade, ligando a Lunda-Sul às províncias da Lunda-Norte, Moxico e Moxico Leste, assim como aos países vizinhos. “É um sinal de progresso e desenvolvimento, razão pela qual somos gratos por termos merecido esta grande obra estruturante”, destacou Daniel Neto. Depois da apresentação da Circular de Saurimo, o Presidente da República vai visitar as obras do Pólo Universitário do Instituto Superior Politécnico de Saurimo, uma estrutura dependente da Universidade Lueji A’Nkonde. Daniel Neto disse que estas obras estão na sua fase final.

“Será uma outra valência para a nossa província”, ressaltou. A província da Lunda-Sul destaca-se por ser a primeira a concluir os projectos de carteira do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), resultados, tal como sublinhou o governador, já se fazem reflectir na vida da

população local. “A satisfação é enorme por parte da população”, atestou.

Daniel Neto disse que os projectos do PIIM fizeram surgir na Lunda-Sul vários equipamentos sociais, como escolas e hospitais, em localidades onde não havia antes, assim como energia em vários bairros antes desprovidos deste serviço.

“Conseguimos colocar serviços ligados à habitação para quadros das administrações municipais, que viviam em situações muito difíceis”, informou.

Dos 91 projectos da carteira do PIIM, a Lunda-Sul conseguiu executar todos, sendo que os dois últimos, ligados aos sectores da Justiça e Educação, poderão ser apresentados à disposição da população a qualquer momento. “Só carecem de apetrechamento para serem inaugurados”, garantiu o governador, precisando que os projectos em causa são uma escola de 48 salas e centro de reeducação de menores. O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios tem como objectivo materializar acções de Investimento Público, de despesa de apoio ao desenvolvimento e de actividades básicas, com prioridade para as acções de carácter social.

O Plano tem como finalidade inibir o êxodo rural e promover o crescimento económico, social e regional mais inclusivo no país. O mesmo pretende aumentar a autonomia em todos os municípios do país, no âmbito da política de desconcentração e descentralização das competências administrativas, para, deste modo, aumentar a qualidade de vida em todo o território nacional. *(J.A.)+++++*

## **Mais de três mil quilómetros de vias vão ser terraplanadas para escoar produção.**

**O Executivo anunciou, segunda-feira, em Saurimo, Lunda-Sul, a intervenção, numa primeira fase, em 3.344 quilómetros de estradas de terra para facilitar o escoamento da produção nacional em todas as 21 províncias do país.**

A decisão saiu da primeira reunião ordinária da Governação Local, realizada naquela cidade, sob orientação do Presidente da República, João Lourenço.

No quadro desta temática, o órgão colegial de consulta do Titular do Poder Executivo apreciou um conjunto de acções de importância estratégica, que visam contribuir para o escoamento da produção nacional, com particular realce nos sectores agrícola, industrial, exploração mineira e turística, avaliando o nível de intervenção a efectuar nos itinerários seleccionados, assim como as estimativas de custos para implementação do referido programa.

Na sequência, o Conselho de Governação Local apreciou a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2025-2034 (ENSAN II), que contém medidas que visam assegurar o direito à alimentação adequada e acessível para todos os cidadãos, através de uma abordagem integrada e sustentável, com a participação da sociedade civil, e foco no aumento progressivo das áreas dos pequenos e grandes agricultores.

A ENSAN II, de acordo com o comunicado saído da reunião, surge como um passo essencial para a construção de um sistema de segurança alimentar e nutricional robusto, visando a concretização dos desígnios estabelecidos na Estratégia de Longo Prazo (ELP) - Angola 2050, cujas opções

estratégicas de desenvolvimento são incorporadas no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), enquanto instrumento de planeamento de médio prazo.

O documento refere que a ENSAN II será integrada na estratégia de transformação dos sistemas da agricultura para sistemas agro-alimentares, em alinhamento com as deliberações saídas da Cimeira dos Chefes de Estado Africanos, em Janeiro deste ano, em Kampala, Uganda.

A reunião do Conselho de Governação Local apreciou, por outro lado, vários outros documentos, com realce para a apresentação dos dados sobre a evolução da implementação da nova Divisão Político-Administrativa, adoptada para adequar a organização do território às exigências do crescimento demográfico, assim como promover o seu desenvolvimento harmonioso, tendo em vista a aproximação dos serviços públicos às populações e reduzir as assimetrias regionais.

Sobre este particular, o documento apresentado na reunião refere que foi aprovado um conjunto de diplomas visando a materialização das tarefas previstas no Plano de Acção para a Implementação da nova Divisão Político-Administrativa. Entre eles, destacam-se os novos estatutos orgânicos dos governos provinciais do Cuando, do Cubango, do Icolo e Bengo, do Moxico, do Moxico Leste, de Luanda e das administrações municipais, de acordo com a nova classificação.

No que diz respeito às infra-estruturas essenciais e organização do território, deu-se nota à realização de estudos preliminares e identificação das áreas para a construção das futuras cidades de Mavinga, no Cuando, e Cazombo, no Moxico Leste. De recordar que já foi aprovado, em sede do

Conselho de Ministros, o Plano Urbanístico da Cidade Aeroportuária de Icolo e Bengo.

No quadro da melhoria das competências do capital humano e da consolidação do processo de reorganização administrativa, ficou constatado que já foram realizadas acções de formação sobre Introdução ao Serviço Público para os Órgãos da Administração Local do Estado e Introdução às Finanças Locais, dirigidas aos administradores municipais e aos seus adjuntos para a Área Económica e Financeira, a secretários-gerais das administrações municipais e demais quadros locais.

### **Aumento no valor máximo do crédito à habitação**

O órgão foi, ainda, informado sobre o ponto de situação em relação à implementação do Aviso N.º 9/24, de 20 de Dezembro, relativo ao financiamento de empreendimentos turísticos, actualizado pelo Banco Nacional de Angola, para permitir um aumento no valor máximo do crédito à habitação e o alargamento do âmbito de aplicação do regime especial de crédito à habitação e à construção de imóveis para o sector do turismo, especificamente, os empreendimentos turísticos e estabelecimentos de restauração e similares.

Tendo em conta que uma das principais exigências das instituições financeiras bancárias para a concessão do crédito à economia prende-se com a apresentação, pelos tomadores de crédito, de garantias reais, os governos provinciais foram exortados a acelerar e simplificar o processo de concessão de direitos fundiários.

Aos tomadores de crédito são exigidos garantias reais, como títulos de direito de superfície dos terrenos destinados à edificação de empreendimentos turísticos, de restauração

e similares. Por outro lado, os empresários, no processo de solicitação de crédito, devem apresentar estudos de viabilidade económico-financeira dos projectos, o que nem sempre é feito com a qualidade necessária, pelo que o Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) foi orientado a estabelecer uma linha de trabalho dedicada a apoiar os empresários que careçam deste instrumento fundamental para avaliação da viabilidade dos projectos.

### **Principais indicadores de endemias em 2024**

O órgão colegial de consulta do Presidente da República apreciou, no domínio da Saúde, o relatório dos principais indicadores das grandes endemias referentes ao ano de 2024, nomeadamente a Malária, a Tuberculose, o VIH/SIDA, a Cólera e Tripanossomíase Humana.

Africana, doenças impulsionadas por determinantes sociais e ambientais, cuja resposta nacional está alinhada com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Para o controlo e a eliminação das grandes endemias, enquanto ameaças para a saúde pública, o Executivo preconiza, até 2030, a adopção de abordagens intersectoriais, de modo a fortalecer a promoção da saúde, ampliar a prevenção e garantir o acesso universal ao diagnóstico precoce, tratamento atempado e cuidados humanizados.

Durante a reunião, realizada dentro das instalações da Infra-estrutura Administrativa Autárquica, o Conselho de Governação Local foi informado sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que constitui um instrumento orientador de medidas de políticas públicas no domínio da promoção da alimentação e nutrição em ambiente escolar, bem como da universalização da oferta da alimentação escolar

para as crianças matriculadas na Educação Pré-Escolar (Classe da iniciação) e Ensino Primário (1ª a 6ª Classes), em escolas públicas.

Essa estratégia visa permitir que as crianças se sintam capazes de cumprir com as suas responsabilidades escolares em condições nutricionais adequadas, garantindo, assim, o bem-estar, o crescimento e o seu desenvolvimento integral.

*(J.A.)+++++*

### **Implementação do PREI passa a ser do domínio das administrações municipais.**

**A responsabilidade pela implementação do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) vai passar a ser das administrações municipais, no quadro do novo formato criado para o mesmo.**

O Conselho de Governação Local realizado, ontem, na cidade de Saurimo, sob orientação do Presidente da República, João Lourenço, apreciou uma proposta de reestruturação do PREI, um programa do Governo angolano que visa transformar a economia informal em formal, para a promoção da segurança jurídica, do acesso ao financiamento e à inclusão nos sistemas de protecção social.

“Neste novo formato do PREI, as administrações municipais assumem a responsabilidade pela implementação do Programa”, refere o comunicado saído da reunião do Conselho de Governação Local, que contou, pela primeira vez, com a participação dos governadores das três novas províncias, resultantes da Divisão Político-Administrativa, que elevou para um total de 21 províncias, contra as 18 anteriormente existentes.



Incluído no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027, PREI tem, também, como objectivos proteger os empreendedores e fazê-los participar no desenvolvimento do país. A iniciativa visa, igualmente, a protecção, de forma articulada, de todos os agentes económicos a operar em território nacional, que se encontram a trabalhar sem registo nem protecção social e, por norma, com baixos salários.

A adesão ao PREI é gratuita e confere um conjunto de benefícios, como, por exemplo, o acesso ao registo civil para a emissão do Bilhete de Identidade e NIF, acesso à certidão comercial, inclusão financeira, inscrição na segurança social, acesso à certidão contributiva do INSS, registo simplificado de empresas e acesso ao conhecimento sobre contas bancárias simplificadas instrumentos financeiros.

### **Microcrédito**

#### **PREI já beneficiou mais de 9 mil operadores informais**

Mais de 9.475 operadores informais já foram beneficiados, até setembro de 2024, com acesso a microcrédito, no âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI). Esta iniciativa tem permitido a estes trabalhadores expandir as suas actividades e melhorar a qualidade de vida.

As informações foram avançadas pelo presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), João Nkosi, durante a 28ª sessão temática do programa "Comunicar por Angola".

No mesmo período, o Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA), parte do programa, desembolsou um total de 10,4 mil milhões de kwanzas em microcrédito para pequenos operadores informais. Além disso, o programa formalizou mais 35 mercados em todo o país, com destaque

para a província de Luanda, que representa 50% dos registos realizados. (J.A)++++

### **Huíla homenageia antigas guerrilheiras.**

**Mais de cem antigas combatentes, entre as quais viúvas e deficientes de guerra ,fora segunda-feira , homenageadas, no Lubango, pelo Gabinete dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, no quadro do 23 de Março, Dia da Libertação da África Austral e da Batalha do Cuito Cuanavale.**

À margem da homenagem, no Lubango, a directora do sector na Huíla, Verónica Rito, sublinhou que as mulheres, enquanto antigas combatentes, ao lado dos homens, conseguiram travar várias batalhas militares de 15 de Novembro de 1987 a 23 de Março de 1998 na actual província do Cuando.

Reconheceu que nesse período muito sangue foi derramado por mulheres, por isso o Governo provincial decidiu reverencia-lás durante uma palestra sobre a efeméride, citando o nome de mulheres vivas e outras em memória.

A maior parte dessas mulheres, segundo a directora, integraram oito brigadas das FAPLA que realizaram a ofensiva conhecida como “Operação saudando Outubro”, em Agosto de 1987, contra as bases da UNITA em Mavinga.As mulheres receberam flores e certificados de honra por se manterem vivas na História de Angola. O evento foi seguido com uma palestra subordinada ao tema “A contribuição do Cuito Cuanavale como factor para a libertação da África Austral”

### **UNITA destaca aumento de militantes em Luanda.**

**O secretário provincial da UNITA em Luanda, Adriano Sapiñala, garantiu que o partido tem registado um**

## **crescimento significativo do número de militantes na capital do país, nos últimos anos.**

Falando, sábado, à margem da VI Reunião Ordinária do Comité Provincial, realizada sob o lema “Unidade, Disciplina e Trabalho para a Vitória”, o secretário da UNITA em Luanda afirmou que o partido mantém um crescimento constante na província. “Desde 2022 que temos mais de 2,5 milhões de militantes em Luanda. Com o processo de actualização e o censo interno do partido, estamos a aproximar-nos da marca de 3 milhões. Isso demonstra que não estamos apenas a trabalhar para a vitória no vazio, temos dados que a sustentam”, revelou.

Sapiñala reafirmou o compromisso da UNITA com a alternância política e o desenvolvimento do país, destacando a crescente mobilização popular “A UNITA em Luanda é fortíssima. Realizamos várias actividades, desde actos de massas a projeções de força, e isso reflecte-se em todo o país. A empatia da população para com o nosso partido é evidente e aumenta a nossa responsabilidade no cenário político nacional”, afirmou.

A reunião, que ocorre semestralmente, serviu para avaliar a trajectória do partido e definir estratégias para os desafios futuros.

Adriano Sapiñala sublinhou que a UNITA continua focada no seu propósito de proporcionar uma alternância política credível e responsável. Segundo o dirigente, os resultados das Eleições Gerais de 2022, nas quais o partido venceu em Luanda, reforçam a tendência de crescimento e o apoio da população.

A VI Reunião Ordinária do Comité Provincial foi também uma oportunidade para debater o futuro da UNITA em Luanda e consolidar estratégias para as próximas Eleições Gerais. *(J.A)++++*

### **Reafirmado compromisso com boas práticas na gestão.**

**O segundo-secretário provincial do MPLA no Bié, Nilton César Capama, manifestou, na cidade do Cuito, a necessidade de os dirigentes daquele partido continuarem a pautar por boas práticas de gestão dentro do funcionalismo público.**

O dirigente partidário teceu tais considerações, domingo, durante o curso sobre formação política e ideológica promovido pelo MPLA, e que teve como objectivo primordial, reforçar junto dos seus dirigentes “questões de ética e transparência no funcionalismo público”, em que grande parte dos seus militantes são actores directos.

“É importante e necessário que os quadros e dirigentes do MPLA tenham a obrigação de primar pelo principio da transparência na execução da coisa pública, dentro das leis estabelecidas no ordenamento jurídico angolano, para que continuemos a ganhar a simpatia e a confiança de toda a população do Bié”, disse Nilton César Capama.

De acordo, com o segundo secretário do MPLA no Bié, é sempre de grande utilidade para o partido, que os quadros estejam em formação permanente, no sentido de serem capacitados para os desafios que se avizinham, e que, segundo ele, passam pela conquista da simpatia e confiança de todos os angolanos”, sem excepção, para que a vitória. *(J.A)++++*

## **Gestores públicos capacitados sobre execução do Orçamento.**

**Administradores municipais e gestores de recursos humanos dos novos municípios da província do Cuanza-Sul, à luz da nova Divisão Político-Administrativa, participam desde ontem até ao dia 28, na cidade do Sumbe, numa acção formativa sobre execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) e o regime jurídico de Contratação Pública, visando conferir capacidade de gestão orçamental e administrativa às novas circunscrições municipais.**

Com duração de cinco dias de formação intensiva, os gestores vão aprender matérias sobre introdução às finanças públicas, noções básicas sobre a Lei dos Contratos Públicos, processamento de salário no Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE), e a elaboração de peças e documentos do procedimento concursal.

Das temáticas a serem abordadas durante a formação constam, também, temas sobre a execução financeira no SIGFE, o Regime Jurídico da Administração Pública e portal do munícipe, para além da execução patrimonial, no Sistema Integrado de Gestão Patrimonial do Estado (SIGPE). O delegado provincial das Finanças, Heliando da Rosa, referiu que a formação intensiva visa capacitar os administradores municipais e gestores de recursos humanos dos novos municípios da província, e não só, bem como os administradores que governam pela primeira vez, sobre os aspectos ligados à execução do Orçamento Geral do Estado, Contratação e Administração Pública.

Na sessão de abertura do ciclo formativo, a vice-governadora para o sector Político, Social e Económico do Cuanza-Sul, Clara Tavares, que falava em representação do

governador provincial, Narciso Benedito, referiu que os actos praticados pelos gestores públicos durante a gestão da coisa pública, devem obediência ao princípio da Legalidade Administrativa.

Clara Tavares sublinhou que no quadro da nova Divisão Político-Administrativa da província, surgiu a necessidade de capacitar os gestores dos novos municípios e aqueles que governam pela primeira vez, para que estejam dotados de ferramentas técnicas durante a gestão orçamental e administrativa das suas circunscrições territoriais. A governante considerou o ciclo formativo oportuno, tendo em conta as matérias que vão ser abordadas sobre o Orçamento Geral do Estado, Contratação e Administração Pública, permitindo aos gestores públicos lidarem com os desafios dos seus municípios.

*(J.A)++++*

### **Lei da criação da medalha comemorativa dos 50 anos de Independência já está em vigor.**

**A lei que cria oficialmente a Medalha Comemorativa dos 50 anos da Independência Nacional, destinada a homenagear entidades, singulares ou colectivas, nacionais e estrangeiras, que tenham desempenhado um papel relevante na conquista da Independência, bem como na preservação da soberania e no desenvolvimento do país, já está em vigor.**

Publicada em Diário da República de 19 de Março, a lei refere que a celebração dos 50 anos de Independência Nacional constitui um marco histórico e de grande relevância para a Nação, sendo pertinente reconhecer e valorizar os esforços e contribuições significativas dos cidadãos, entidades e instituições para a conquista da Independência Nacional, a sua

preservação, bem como para o desenvolvimento e progresso do País, visando promover os valores patrióticos, da solidariedade, da amizade, de gratidão e sinalizando um exemplo para as próximas gerações.

De acordo com a legislação, a medalha será atribuída a civis e militares, podendo ser concedida a título póstumo. Essa distinção, só poderá ser realizada este ano quando Angola celebrar meio século de Independência.

Segundo o diploma, a condecoração está dividida em três classes, designadamente a Classe de Honra, destinada a Chefes de Estado, Chefes de Governo e altos dignitários, nacionais ou estrangeiros, cujo contributo tenha sido significativo para a Independência, paz e desenvolvimento de Angola.

A Classe Independência é atribuída a personalidades e entidades que se tenham destacado na luta de libertação nacional, ao passo que a Classe Paz e Desenvolvimento visa distinguir aqueles que contribuíram para a paz e o progresso do país em diversas áreas.

A lei indica, ainda, que os critérios para a atribuição da medalha incluem serviços relevantes prestados na luta de libertação, defesa da pátria, soberania e integridade territorial, promoção da reconciliação nacional, consolidação das instituições democráticas, reconstrução pós-guerra e desenvolvimento social, assim como por actos relevantes na área económica, cultural e diplomática.

Cada classe da medalha terá características específicas em termos de design, dimensões e materiais, incorporando elementos simbólicos dos 50 anos da Independência Nacional.

## **Lei do Passaporte Angolano**

Ainda na mesma data, foi publicada em Diário da República, a Lei de Alteração da Lei n.º 22/21, de 18 de Outubro, Lei do Passaporte Angolano e do Regime de Saída e Entrada dos Cidadãos Nacionais, que está em vigor desde o dia 19 de Março.

O diploma propõe a inclusão, no universo de entidades beneficiárias do passaporte diplomático, dos procuradores-gerais da República jubilados, dos juizes conselheiros dos tribunais superiores da República jubilados e dos procuradores-gerais adjuntos da República jubilados, considerando que estes devem, igualmente, gozar do estatuto diplomático, apesar de não estarem no exercício de funções.

De acordo com o documento, o Executivo sugere a alteração do n.º 1 do artigo 22.º da Lei do Passaporte Angolano e do Regime de Saída e Entrada dos Cidadãos Nacionais, com o objectivo de conferir expressamente o direito às entidades com mérito para estarem investidas do estatuto diplomático.

A legislação vigente, Lei n.º 22/21, de 18 de Outubro, do Passaporte Angolano, define e delimita as entidades com direito ao passaporte diplomático, incluindo, além de diversas entidades no exercício de funções, os antigos Presidentes da República, deputados à Assembleia Nacional e juizes presidentes dos tribunais.

O direito é extensivo aos antigos Vice-Presidentes e Primeiros-Ministros, ou seja, aos antigos Auxiliares do Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo. No que diz respeito à saída e entrada de cidadãos nacionais, a lei não prevê qualquer impedimento para a entrada e saída do país. No entanto, sugere-se uma maior divulgação e esclarecimento aos cidadãos, de forma a evitar especulações.



Recorde-se que a Lei n.º 22/21, de 18 de Outubro, do Passaporte Angolano, é o instrumento normativo que rege o processo de emissão e utilização do passaporte dos cidadãos angolanos, bem como as suas características, categorias e condições de segurança. (J.A)++++

### **Teresa Dias na reunião dos ministros do Emprego da SADC.**

**Angola participa, desde segunda-feira, em Victoria Falls, República do Zimbabwe, na reunião dos ministros do Emprego, Trabalho e Parceiros Sociais da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).**

De acordo com um documento, enviado à redacção do Jornal de Angola, o país está representado por uma delegação tripartida, liderada pela Ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Rodrigues, acompanhada por representantes dos trabalhadores, empregadores e responsáveis do MAPTSS, ligados às áreas de políticas e coordenação do mercado de trabalho, Inspeção Geral do Trabalho (IGT), Instituto Nacional de Qualificações, Trabalho Infantil e Intercâmbio Regional e Internacional.

O MAPTSS refere que no encontro, que decorre de desde ontem e vai até 28, vão ser realizadas reuniões de altos funcionários, para abordar situações sobre o mercado de trabalho na região, criação de um observatório do mercado de trabalho da SADC, elaboração do Quadro Estratégico Revisto do Ensino Técnico-Profissional e Plano de Implementação, relatórios de políticas nacionais de emprego e a elaboração de estratégias para promoção do trabalho digno. De acordo com o programa da actividade, no encontro serão, também, abordadas questões relacionadas à migração da força de trabalho,

implementação de normas internacionais do trabalho e apresentação de relatórios dos Parceiros Sociais.

O objectivo da reunião, segundo o documento, é promover o diálogo entre Governos e Parceiros Sociais, para fortalecer as políticas de Emprego e Trabalho na região. Os ministros da SADC, refere a nota do MAPTSS, estão preocupados com a maximização do potencial das avaliações de impacto no sector do emprego e a promoção do trabalho digno, assim como a implementação de normas internacionais do trabalho na SADC. (J.A)++++

### **Angola continua engajada na resolução de conflitos.~**

**O ministro das Relações Exteriores, Tété António, afirmou segunda-feira, em Luanda, que Angola permanece firmemente engajada na prevenção e resolução dos conflitos na África Austral e em todo o continente.**

O posicionamento foi manifestado durante a mesa-redonda realizada na sede do MIREX, por ocasião da celebração do Dia da Libertação da África Austral, marcado por um dos confrontos mais importantes na Luta de Libertação Nacional, a Batalha do Cuito Cuanavale.

Ao proferir o discurso de abertura, Tété António reafirmou o compromisso de Angola no reforço da cooperação entre os países da região, visando impulsionar projectos estratégicos, aumentar a livre circulação de pessoas e bens, assim como valorizar o potencial económico, cultural e humano que une os povos africanos. Na ocasião, o titular da pasta defendeu que a conquista da Batalha do Cuito Cuanavale deve servir de base para a integração económica da África Austral, o fortalecimento da continuidade e desenvolvimento, a promoção da

industrialização regional e a construção de sociedades mais justas, equitativas e inclusivas.

Téte António destacou ainda a necessidade de transformar a vitória desse marco em um alicerce sólido para o desenvolvimento sustentável e inclusivo dos países africanos, capaz de erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e garantir a prosperidade das presentes e futuras gerações. *(J.A)++++*